

Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

**Demonstrações financeiras em 30 de setembro
de 2024 e 2023**

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	03
Balanço patrimonial.....	06
Demonstração do resultado.....	07
Demonstração do resultado abrangente.....	08
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	09
Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da

Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Curitiba - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

1 Registro de receita

Conforme apresentado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras, a Entidade apresentou o montante de R\$ 10.288 mil, como receita, decorrente da baixa de provisão para contingência, para as quais, quando constituída, não foi identificada uma obrigação, legal ou formal, como resultado de evento passado. Dessa maneira em 30 de setembro de 2024, o resultado do exercício está apresentado a maior em R\$ 10.288 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, para o exercício findo em 30 de setembro de 2023 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 23 de novembro de 2023

com opinião com ressalva sobre o registro, em exercícios anteriores, de uma provisão para contingência, sem amparo legal ou resultado de um evento passado que justificasse a constituição da provisão.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 25 de outubro de 2024.

MOORE CWB
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC.PR 005.174/O-5

Luiz Gibur Junior
Contador
CRC PR-046-991/O-1

*Pastoral da Criança – Organismo de Ação Social da
 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
 Demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2024 e 2023*

PASTORAL DA CRIANÇA
Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
CNPJ – 00.975.471/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO				PASSIVO			
	Nota	30/09/2024	30/09/2023		Nota	30/09/2024	30/09/2023
CIRCULANTE		39.745	43.102	CIRCULANTE		1.669	11.721
Disponibilidades		38.730	41.670	Fornecedores		165	77
Caixa e Bancos - sem restrição	07	9	25	Fornecedores de Serviços		165	77
Aplicações Financeiras - sem restrição	07	38.371	41.645	Obrigações Trabalhistas		913	1.084
Aplicações Financeiras - com restrição	08	350	-	Obrigações Trabalhistas	13	265	309
				Provisão Férias, 13º Salários e encargos	13	648	775
Convênios a Receber sem restrição		206	192	Provisões		-	9.935
Companhia Energia Elétrica		150	142	Provisão para contingências	14	-	9.935
Adiantamento pessoas / Cantina		27	6				
Cantina e loja Museu da Vida		29	44	Adiantamentos		350	-
Outros créditos		517	477	Adiantamentos com convênios restritos	12	350	-
Adiantamentos aos setores	09	517	477	Outras Obrigações a Pagar		241	625
Estoques - sem restrição		292	763	Provisão para contratos setores	14	-	402
Materiais Educativos	10	287	758	Saldo de Capacitações a Executar		147	122
Bens destinados à venda	10	5	5	Impostos Retidos a Recolher		88	95
NÃO CIRCULANTE		3.966	4.057	Outras Contas a Pagar		6	6
Imobilizado – sem restrição	11	3.947	4.023	PATRIMÔNIO SOCIAL		42.042	35.438
Créditos dos Setores – sem restrição		19	34	Patrimônio Próprio	15	3.947	4.023
				Reservas e fundos patrimoniais	15	38.095	31.415
TOTAL DO ATIVO		43.711	47.159	TOTAL DO PASSIVO		43.711	47.159

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

PASTORAL DA CRIANÇA
Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
CNPJ – 00.975.471/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
30 DE SETEMBRO DE 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>30/09/2024</u>	<u>30/09/2023</u>
RECEITAS OPERACIONAIS	16	8.582	9.240
ÁREA DE SAÚDE		8.592	9.240
Proveniente de Entidades Públicas – com restrição		3.488	2.879
Ministério da Saúde	16	3.488	2.561
Ministério Público do Trabalho	16	-	318
Proveniente de Doações - sem restrição	16	5.104	6.361
Usuários Cia. De Energia Elétrica	16	1.968	2.084
Doações Diversas		1.735	2.510
Movimento Pró Criança - Estado PE		898	973
Associação Evangelizar		503	494
Fundação José Luiz Egydio Setubal		-	300
BAIXA DE PROVISÕES		10.288	-
Baixa Provisão de Contingencia e Setores	16	10.288	-
DEDUÇÕES DE RECEITAS		(10)	-
TRABALHO VOLUNTÁRIO	17	73.151	76.772
GRATUIDADES	17	4.178	3.997
CUSTO DOS ATENDIMENTOS – GRATUIDADES		(11.523)	(11.793)
Custo Atendimento em Saúde	18	(11.523)	(11.793)
TRABALHO VOLUNTÁRIO	17	(73.151)	(76.772)
GRATUIDADES	17	(4.178)	(3.997)
RESULTADO BRUTO		7.347	(2.553)
DESPESAS OPERACIONAIS	18	(4.950)	(5.456)
Despesas com depreciação e amortização		(314)	(290)
Despesas com pessoal		(2.088)	(2.570)
Despesas com serviços de terceiros		(982)	(1.138)
Outras despesas gerais e administrativas		(1.195)	(996)
Perdas no recebimento de créditos dos setores		(19)	(20)
Projetos diversos com entidades parceiras		(352)	(442)
PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS		50	(50)
SUPERÁVIT/ DEFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.447	(8.059)
RESULTADO FINANCEIRO		4.157	5.390
Receitas Financeiras – sem restrição	19	4.180	5.432
Receitas e Despesas Financeiras		(23)	(42)
SUPERÁVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO		6.604	(2.669)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

PASTORAL DA CRIANÇA

Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

CNPJ – 00.975.471/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2024	30/09/2023
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	6.604	(2.669)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.604	(2.669)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

PASTORAL DA CRIANÇA
Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
CNPJ – 00.975.471/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Patrimônio Próprio	Reservas e Fundos Estatutários						Superavit Acumulado	Total dos Fundos	Total
		Fundo Patrimonial	Fundo Contingência 2005	Fundo Contingência 2024	Fundo Res. Técnica	Adiantamento aos setores	Estoques			
Saldos em 30 de setembro de 2022	4.181	19.469	12.214	-	552	1.192	499	-	33.927	38.107
Superavit do Exercício – sem restrição								(2.669)		(2.669)
Apropriação para Reservas		(850)	(1.215)	-	(28)	(682)	265	2.511		-
Apropriação por movimentação do Imobilizado	132							(132)		-
Apropriação por doação de Imobilizado	-							-		-
Apropriação da Depreciação / Amortização	(290)							290		-
Saldos em 30 de setembro de 2023	4.023	18.618	10.997	-	524	511	764	-	31.415	35.438
Superavit do Exercício – sem restrição								6.604		6.604
Apropriação para Reservas		1.321	(472)	6.380	(102)	25	(472)	(6.680)		-
Apropriação por movimentação do Imobilizado	238							(238)		-
Apropriação por doação de Imobilizado	-							-		-
Apropriação da Depreciação / Amortização	(314)							314		-
Saldos em 30 de setembro de 2024	3.947	19.939	10.526	6.380	422	536	292	-	38.095	42.042

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

PASTORAL DA CRIANÇA

Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

CNPJ – 00.975.471/0001-15

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2024	30/09/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superavit/deficit do Exercício	6.604	(2.669)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	314	290
Reversão/Constituição Provisão para contingência, líquida	(9.936)	50
Variações nos ativos e passivos		
Créditos a receber	(14)	33
Recursos vinculados a projetos	(350)	6.036
Adiantamento aos setores	(40)	667
Estoques	472	(265)
Outros créditos	15	16
Fornecedores	88	15
Obrigações trabalhistas e tributárias	(171)	(93)
Outras Obrigações a Pagar	(385)	11
Adiantamento com convênios restritos	350	(6.036)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(3.053)	(1.945)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(237)	(132)
Fluxos de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(237)	(132)
Redução do caixa e equivalente de caixa	(3.290)	(2.077)
Demonstração da redução do caixa e equivalente de caixa		
No início do exercício	41.670	43.747
No final do exercício	38.380	41.670
	(3.290)	(2.077)

As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional

A Pastoral da Criança (“Entidade”) é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede na Rua Jacarezinho 1691, Bairro Mercês, em Curitiba, Estado do Paraná, de natureza filantrópica, com duração ilimitada.

A Entidade tem como objetivos o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, através dos seguintes programas, entre outros que sirvam as suas finalidades:

- Sobrevivência e desenvolvimento integral da criança, com as ações básicas de saúde, nutrição, educação e comunicação, sobretudo nos bolsões de miséria;
- Formação humana e cristã das famílias, líderes comunitários e agentes voluntários;
- Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente e redução da violação familiar e comunitária;
- Geração de renda para auto sustentação das famílias acompanhadas, ajuda mútua entre elas, capacitação da mulher em economia doméstica e nos cuidados com a criança, com a família e consigo mesma;
- Alfabetização de jovens e adultos que participam da Pastoral da Criança;
- Documentação e informação sobre a situação da criança e da família no Brasil;
- Pesquisa nas áreas de referência programática.

Os recursos financeiros para manter a estrutura da Entidade e suas atividades advêm de doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas, de suas reservas constituídas e também de convênio celebrado com o Ministério da Saúde.

Continuidade operacional

A Entidade possui: a) recursos financeiros sem restrição, no montante de R\$ 38.380 evidenciados nas demonstrações financeiras; b) não possui empréstimos e nem tampouco passivos trabalhistas. Com base nestas informações a Administração entende não haver nenhum risco relacionado a continuidade operacional de suas atividades para o próximo exercício.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Pastoral da Criança em 13 de novembro de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 30 de setembro de 2024 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11**– Imobilizado (valor residual e vida útil);
- **Nota explicativa 14** – Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6. Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Receita operacional

As receitas com doações diversas são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento.

As receitas de convênios restritos, recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores (convênios restritos), são registradas no passivo, na conta “Adiantamentos com convênios restritos”, sendo a receita de doação reconhecida no resultado, na medida da efetiva realização e reconhecimento das despesas dos referidos programas. As receitas financeiras decorrentes das aplicações financeiras dos recursos desses convênios são apropriadas às respectivas contas dos passivos “Adiantamentos com convênios restritos”.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da “Entidade” compreendem:

- Rendimento com aplicações financeiras;
- Despesa de juros;
- Multas e despesas bancárias;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Entidade obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	30/09/2024
Benfeitorias em propriedade de terceiros	20 anos
Máquinas e equipamentos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Imóveis	20 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus instituidores e por doações recebidas de terceiros acrescido ou diminuído do superavit ou deficit apurado em cada exercício.

f. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor entrará em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável.

Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Entidade utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de créditos atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Entidade considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, considerando que uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando o risco de perda for possível haverá apenas a divulgação.

h. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

i. Imunidade tributária

A Pastoral da Criança é imune à incidência de Impostos e de Contribuições Sociais por força do Artigo nº 150, Inciso VI, alínea “c” e, Art. 195, parágrafo 7º, ambos da Constituição Federal. O enquadramento a legislação infraconstitucional da Imunidade dos Impostos, está lastreada nos Artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) e no Art. 12 da Lei nº 9.532/97; no que respeita à Imunidade de Contribuições Sociais e Previdenciárias, ela é regulada pela Lei Complementar nº 187/2021 e seu Regulamento Decreto 11.791/2023.

j. Trabalhos voluntários e gratuidades

As receitas com trabalhos voluntários e gratuidades, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro.

A receita de trabalho voluntário recebido é reconhecida pelo valor justo da prestação do serviço, na conta de outras receitas operacionais, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A contrapartida é lançada em conta de despesas vinculadas aos programas e despesas administrativas, relacionada à natureza ou projeto do trabalho voluntário.

As receitas com gratuidade são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com gratuidade são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

7. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/09/24	30/09/23
Bancos – recursos sem restrição	9	25
Aplicações financeiras – recursos sem restrição (i)	38.371	41.645
	<u>38.380</u>	<u>41.670</u>

(i) As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa remunerados a taxas referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e aplicações em CDB remunerados a taxas entre 98% a 102% do CDI.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxos de caixa.

8. Recursos com restrição

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/09/24	30/09/23
Aplicações financeiras – recursos com restrição	350	-
	<u>350</u>	<u>-</u>

Os convênios e contratos celebrados estabelecem que, enquanto os recursos não são aplicados nas ações às quais se destinam, os repasses recebidos devem ser mantidos em aplicações financeiras de liquidez imediata, para preservar seu poder de aquisição, possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente as obrigações acordadas de projetos conveniados e outros ajustes que lhe deram origem. A contrapartida destes recursos está registrada na rubrica “Adiantamentos com convênios restritos”.

Neste período, o saldo apresentado refere-se ao convênio com o Ministério da Saúde assinado em 12/2023, com liberação de parcela em 28/03/2024 (R\$ 3.672), vide nota explicativa 12.

9. Adiantamentos aos setores

Referem-se a recursos disponibilizados para as coordenações de setores e estados os quais são mantidos sob a forma de adiantamentos até que as referidas prestações de contas sejam disponibilizadas e validadas pela administração central, quando, então, tais valores são baixados e contabilizados como custo no resultado.

O saldo em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 517 (R\$ 477 em 30/09/2023).

10. Estoques

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/09/24	30/09/23
Bens destinados à venda	5	5
Materiais educativos	287	758
	<u>292</u>	<u>763</u>

11. Imobilizado

(i) Composição do saldo

	30/09/24		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.223	(1.689)	1.534
Máquinas e equipamentos	3.130	(2.776)	354
Móveis e utensílios	349	(323)	26
Imóveis	1.298	(207)	1.091
Veículos	-	-	-
Terrenos	942	-	942
	<u>8.942</u>	<u>(4.995)</u>	<u>3.947</u>

(ii) Movimentação do custo

	Saldo em 30/09/23	Movimentação em 2024			Saldo em 30/09/24
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em propriedade de terceiros	3.223	-	-	-	3.223
Máquinas e equipamentos	2.892	238	-	-	3.130
Móveis e utensílios	349	-	-	-	349
Imóveis	1.298	-	-	-	1.298
Veículos	26	-	26	-	-
Terrenos	942	-	-	-	942
	<u>8.730</u>	<u>238</u>	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>8.942</u>

(iii) Movimentação da depreciação

	Saldo em 30/09/23	Movimentação em 2024			Saldo em 30/09/24
	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(1.548)	(141)	-	-	(1.689)
Máquinas e equipamentos	(2.681)	(95)	-	-	(2.776)
Móveis e utensílios	(303)	(20)	-	-	(323)
Imóveis	(156)	(52)	-	-	(208)
Veículos	(19)	-	19	-	-
	<u>(4.707)</u>	<u>(308)</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>(4.996)</u>

12. Adiantamentos com convênios restritos

Referem-se a valores recebidos com base em convênios de parceria, vinculadas à prestação de contas do Ministério da Saúde. Os valores estão registrados como adiantamentos no passivo, por estarem sujeitos a devolução até que o objeto do convênio seja efetivamente cumprido.

Em 2023 não há saldo nesta conta tendo em vista assinatura de convênio com Ministério da Saúde em 13 de dezembro de 2023. A contrapartida desse valor está registrada na rubrica “Recursos com restrição” (vide nota explicativa 8), conforme demonstrado abaixo:

	30/09/24	30/09/23
Ministério da Saúde	350	-
	<u>350</u>	<u>-</u>

13. Obrigações trabalhistas

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	30/09/24	30/09/23
Salários a pagar	241	281
Encargos sociais a recolher	24	28
Provisões de férias e 13º salário	648	775
	<u>913</u>	<u>1.084</u>

14. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	30/09/24	30/09/23
(i) Provisão para contingências (a)	-	9.935
	-	9.935

A seguir, estão apresentadas as movimentações ocorridas nos períodos:

Saldo em 30.09.2023 (a)	9.935
Constituição provisão para contingência trabalhista (b)	(50)
Utilização / reversão (c)	(9.885)
Saldo em 30.09.2024	-

(a) Administração aprovou a manutenção, no exercício de 2023, do registro da Provisão para Contingência registrada em anos anteriores, visando assegurar a estabilidade financeira da Pastoral da Criança.

(b) Baixada provisão para reclamatória trabalhista, conforme processo nº 0000519-86.2023.5.09.0003, constituída em de 31/05/2023, no valor R\$ 50, tendo em vista quitação em audiência de conciliação em 06/09/2024.

(c) Com base no Parecer do Conselho Econômico da Pastoral da Criança os membros da Assembleia Geral Ordinária, realizada em novembro de 2023, autorizou a baixa da referida Provisão da Contingência, no valor de R\$ 9.885, apropriando a mesma ao resultado do exercício 2023/2024.

	30/09/24	30/09/23
(ii) Provisão para Contrato Setores	-	402
	-	402

(a) Baixa de Provisão constituída com fundamento na Resolução do Conselho Diretor, de 21 de fevereiro de 2011, cuja finalidade era garantir recursos locais para contratação futura de coordenadoras de setores e estado.

15. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

Constituído por bens móveis e imóveis constantes do ativo imobilizado. O saldo em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 3.947 (R\$ 4.023 em 30/09/2023).

b. Fundo patrimonial

Foi constituído em 2005 e se destina a assegurar a autossuficiência financeira da Entidade para a perpétua realização da sua finalidade. A Coordenação Nacional, com o aval do Conselho Econômico, poderá propor ações específicas para acelerar a constituição desse fundo.

O saldo do fundo patrimonial em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 19.939 (R\$ 18.618 em 30/09/2023), montante este formado por aportes e seus respectivos rendimentos financeiros líquidos.

c. Fundo de contingências

O valor máximo desse fundo será equivalente a oito meses de funcionamento da Entidade. Os recursos, que serão utilizados para compor este fundo, serão provenientes das parcerias institucionais, podendo ser integralmente utilizados para constituição do próprio fundo, segundo recomendações da Coordenação Nacional e Conselho Econômico. O saldo do fundo de contingências em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 10.526 (R\$ 10.997 em 30/09/2023).

d. Fundo de contingências 2024

Novo fundo de contingência constituído tendo em vista reversão da provisão de contingência, conforme nota 14. O saldo em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 6.380. Não há saldo em 30/09/2023 tendo em vista que esse fundo foi constituído em 24/11/2023.

e. Reserva técnica

O valor desse fundo não poderá ultrapassar 2% do orçamento anual. O saldo da reserva técnica em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 423 (R\$ 524 em 30/09/2023).

f. Adiantamento aos setores

Refere-se, substancialmente, a adiantamentos de recursos as coordenações com mandatos vigentes com posterior prestação de conta, somando-se também saldo de coordenações com mandatos encerrados e que ainda estão fechando prestação de contas. O saldo destes adiantamentos em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 536 (R\$ 511 em 30/09/2023).

g. Estoques

Conforme demonstrado na nota explicativa 10, refere-se principalmente a estoque de materiais educativos na sede da Coordenação Nacional, à disposição das diversas coordenações de setores. O saldo em estoque de materiais educativos em 30 de setembro de 2024 totaliza R\$ 292 (R\$ 764 em 30/09/2023).

h. Superavit / Deficit acumulado

Conforme previsto no parágrafo 15 da ITG 2002(R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, o superavit apurado no período de 30 de setembro de 2024 no montante de R\$ 6.604 (R\$ 2.669 em 30/09/2023 – deficit), estão demonstrados e incorporados ao patrimônio social da entidade

16. Receitas operacionais

		30/09/24	30/09/23
Com restrição			
Convênio Ministério da Saúde	(i)	3.488	2.561
Convênio com MPT Paraná	(ii)	-	318
		<u>3.488</u>	<u>2.879</u>
Sem restrição			
Convênio companhias de energia elétrica	(iii)	1.968	2.084
Doações diversas		1.735	2.510
Movimento Pró Criança – Estado PE		898	973
Associação Evangelizar		503	493
Fundação José Luiz Egydio Setubal - FJLES		-	300
		<u>5.104</u>	<u>6.360</u>
Baixa Provisão de Contingencia	(iv)	10.288	-
Deduções			
Outras deduções		(10)	-
		<u>18.870</u>	<u>9.240</u>

(i) Apropriação de parcelas oriundas de convênio nº 949.358/2023, celebrado com o Ministério da Saúde em 13 de dezembro de 2023, com vigência até 18/09/2025.

(ii) Apropriação de parcelas referente a Termo de Compromisso de gestão de recursos materiais, celebrado com o Ministério Público do Trabalho do Estado do Paraná, no valor de R\$ 500 e vigência de 2 (dois) anos, visando a conscientização e prevenção sobre o trabalho infantil, com o foco no desenvolvimento integral das crianças.

(iii) Projeto desenvolvido com companhias de energia elétrica de diversos estados, com o objetivo de arrecadar recursos financeiros que ajudem a suprir as necessidades básicas das comunidades e ramos da Pastoral da Criança, buscando assim auto sustentabilidade.

A metodologia desenvolvida consiste em respeitar o trabalho de cada ramo e de cada comunidade da Pastoral da Criança, proporcionando uma oportunidade de arrecadação de recursos proporcionais ao trabalho que é desenvolvido em cada um deles, pois dos recursos arrecadados, 85% retornam para a própria comunidade que conseguiu a doação, 10% para os setores e ramos e 5% para cobrir custos da campanha e fundo de reserva.

Atualmente há contrato com as seguintes companhias: COPEL/PR, COELBA/BA, EDP/ES, ENERGISA/MT, ENEL/GO, CELESC/SC, EQUATORIAL/AL, CELPAEQUATORIAL/PA, ENERGISA/TO, ENEL/RJ, ENEL/CE, EDP/SP, ENERGISA SUL – Municípios dos estados de SP e PR (antiga Cia Caiuá, Nacional, Bragantina, Vale Parapanema e Força e Luz).

(iv) Reversão da provisão para contingência constituída em períodos anteriores, conforme nota 14.

		30/09/24	30/09/23
Provisão de Contingência	(a)	9.885	-
Provisão para Contrato Setores	(b)	402	-
		<u>10.288</u>	<u>-</u>

(a) Constituída em anos anteriores, com a finalidade de garantir recursos financeiros para manutenção da atividade da Entidade durante processos de renovação de convênios.

(b) Constituída com fundamento na Resolução do Conselho Diretor, de 21 de fevereiro de 2011, cuja finalidade era garantir recursos locais para contratação futura de coordenadoras de setores e estado.

17. Trabalho voluntário e gratuidades

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não há remuneração para os cargos eletivos da Entidade. Os Conselheiros que prestam serviços à Entidade não recebem remuneração pela função, haja vista que atuam como voluntários.

b. Voluntariado

Todo o trabalho voluntário é submetido às formalidades legais e não há, em nenhuma forma, quaisquer tipos de remuneração. As despesas com trabalho voluntário foram mensuradas e reconhecidas de acordo com sua natureza, como devidas fossem. O trabalho é desenvolvido nas comunidades e realizado por líderes voluntárias, sendo 22.159 líderes (25.793 em 2023), 4.733 equipes de coordenação (5.009 em 2023), bem como outras pessoas e conselheiros que prestam serviço gratuitamente à entidade.

Para gerar informações sobre a situação da criança e da gestante, bem como do trabalho voluntariado nas comunidades, além de diversos outros indicadores é utilizado o Aplicativo “Pastoral da Criança + gestante”, desenvolvido pela Pastoral da Criança. Este aplicativo, além de auxiliar nosso voluntariado no acompanhamento às famílias, também possui um módulo de comunicação entre os voluntários, as famílias acompanhadas, coordenadores e multiplicadores. Com isso, são mais pessoas recebendo a melhor e mais relevante informação possível e com celeridade.

Além do App, em algumas comunidades há ainda a informação coletada pelas FABS (Folha de Acompanhamento e Avaliação Mensal das Ações Básicas de Saúde e Educação na Comunidade), onde os líderes comunitários registram todos os dados das gestantes e crianças acompanhadas em sua comunidade. Estas FABS são avaliadas e conferidas na comunidade e posteriormente enviadas por foto para a Coordenação Nacional da Pastoral da Criança que as digitaliza e consolida as informações.

A Entidade mensurou e reconheceu, pelo valor justo, o trabalho voluntário obtido por seus líderes e de coordenação, conforme estabelece a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, e suas alterações, conforme abaixo:

30/09/24 30/09/23

Fontes econômicas

Recursos não monetários

Trabalho voluntário

Líderes comunitários	(i)	45.397	49.399
Coordenações de Ramo, Setor e Estado	(ii)	27.323	26.953
Outros voluntários	(iii)	431	420
		<u>73.151</u>	<u>76.772</u>

Gratuidades

Doação com locação da sede nacional	(iv)	4.178	3.997
		<u>4.178</u>	<u>3.997</u>
		<u>77.329</u>	<u>80.769</u>

Os valores referentes aos recursos não monetários estão sendo calculados considerando a estimativa de horas mensais doadas por categoria de voluntário, multiplicadas pelo salário-mínimo vigente, R\$ 1,412. A referida estimativa, foi preparada com base em relatório diagnóstico participativo (não auditado), preparado por consultores terceirizados, com recursos do BNDES.

(i) Líderes: 22.159 líderes x R\$ 2,049 (R\$ 1,412 x 13,3h / 220h x 24h estimadas) = R\$ 43.397

(ii) Coordenações: Totalizando R\$ 27.323, conforme abaixo:

- Coordenador de ramo: 4.452 x R\$ 5,463 ano → (R\$ 1,412 x 13,3h / 220h x 64h estimadas) = R\$ 24.322
- Coordenador de setor: 263 x R\$ 10,243 ano → (R\$ 1,412 x 13,3h / 220h x 120h estimadas) = R\$ 2.694

Coordenador de estado: 18 x R\$ 17,072 ano → (R\$ 1,412 x 13,3h / 220h x 200h estimadas) = R\$ 307

(iii) Outros voluntários: Totalizando R\$ 431 conforme abaixo:

- Conselho Econômico das Dioceses: 279 Dioceses * R\$ 1,412 / 220h * 6h * 4 pessoas = R\$ 43
- Conselho Econômico Nacional: R\$ 1,412 / 220h * 8h * 3 pessoas = R\$ 0,462
- Conselho Diretor Nacional: R\$ 1,412 / 220h * 32h * 3 pessoas = R\$ 1,848
- Conselho Fiscal Nacional: R\$ 1,412 / 220h * 4h * 3 pessoas = R\$ 0,231
- Pessoas que assinam prestação de contas / Paróquias: 4.452 Paróquias * R\$ 1,412 / 220h * 12h * 1 pessoa = R\$ 343
- Pessoas que assinam prestação de contas / Dioceses: 279 Dioceses * R\$ 1,412 / 220h * 12h * 2 pessoas = R\$ 43

(iv) Sede nacional – Corresponde ao valor anual aproximado do uso do imóvel cedido à Pastoral da Criança, em regime de comodato, conforme estabelecido em Lei estadual nº 17.891 de 26/12/2013 e nº 12.205 de 08/07/1998. Os imóveis, conforme previsto em lei, serão utilizados exclusivamente para atender aos objetivos institucionais da Pastoral da Criança, para o Museu da Vida e o Memorial Zilda Arns. Não foi possível estimar o valor de locais cedidos pela igreja e outras entidades para as atividades da Pastoral da Criança, em mais de 2.530 municípios.

18. Custos e despesas operacionais com programas

	30/09/24	30/09/23
Atendimento em saúde		
Custos com atendimentos em saúde - com restrição	(10.771)	(11.108)
Custos com atendimentos em saúde - sem restrição	(752)	(685)
	<u>(11.523)</u>	<u>(11.793)</u>
Despesas operacionais		
Administrativas		
Despesas com pessoal	(2.088)	(2.569)
Projetos diversos com entidades parceiras	(352)	(442)
Despesas com serviços de terceiros	(982)	(1.138)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.195)	(996)
Despesas com depreciação	(314)	(290)
Perdas no recebimento de créditos dos setores	(19)	(19)
	<u>(4.950)</u>	<u>(5.454)</u>
	<u>(16.473)</u>	<u>(17.247)</u>

19. Resultado financeiro

O resultado financeiro é substancialmente composto por rendimentos sobre aplicações financeiras, sem restrição e fundos estatutários da Entidade, que totalizaram R\$ 4.180 (R\$ 5.432 em 30/09/2023).

20. Aplicação de recursos em gratuidades

A Pastoral da Criança está em conformidade com o inciso I, do Art. 12 da Lei Complementar no 187, de 16/12/2021, regulamentada pelo Decreto no 11.791 de 21/11/ 2023, que dispõem sobre a Certificação das Entidades Benéficas de assistência Social (CEBAS) e dos procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do Art. 195 da Constituição Federal.

A Entidade é portadora do CEBAS, concedido pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria no 895, de 01/12/2022, publicada no Diário Oficial da União Nº 229, Seção 1, de 07/12/2022 - com validade no período de 03/05/2019 a 31/12/2023.

A Pastoral da Criança protocolou no Ministério da Saúde - tempestivamente em 14/12/2023, o processo de Renovação do CEBAS no 25000.188121/2023-08, o qual encontra-se na Secretaria de Atenção Especializada a Saúde/MS, sob análise. Desta forma, o CEBAS da Pastoral da Criança está em pleno vigor, conforme estabelece os §§ 1º e 2º, do Art. 37 da Lei Complementar nº 187/2021.

Veja o demonstrativo a seguir:

	30/09/24	30/09/23
Receita operacional (vide nota explicativa 16)	8.592	9.240
Resultado financeiro	<u>4.179</u>	<u>5.390</u>
Receita disponível no exercício	<u>12.771</u>	<u>14.630</u>
Percentual mínimo para aplicação em gratuidade (20% da receita)	<u>2.554</u>	<u>2.926</u>
Custo aplicado em saúde (vide nota explicativa 18)	11.523	11.793

Outros custos – Administração	(i)	<u>4.617</u>	<u>5.145</u>
Total das gratuidades oferecidas		<u>16.140</u>	<u>16.938</u>
Percentual das aplicações das receitas em gratuidade no exercício	(ii)	126%	116%
Total de isenções de contribuições do INSS, Patronal, Terceiros e SAT	(iii)	<u>1.330</u>	<u>1.394</u>

(i) Valor corresponde ao valor total registrado da rubrica de despesas operacionais administrativas, deduzindo-se o valor da depreciação e perdas nos recebimentos dos créditos dos setores, vide nota explicativa 18.

(ii) Os percentuais de aplicação em gratuidade são superiores a 100% tendo em vista que a Pastoral da Criança, em períodos sem convênios firmados, utilizou recursos de suas reservas para manutenção de suas atividades e ações.

(iii) Em razão de sua finalidade social, assistencial, filantrópica e sem fins lucrativos, a Entidade não está sujeita ao recolhimento de impostos calculados sobre o superávit do exercício, e nem distribui qualquer parcela de seu resultado a associados, parceiros, dirigentes, conselheiros ou mantenedores.

A imunidade que consta da demonstração das aplicações dos recursos em gratuidade no valor de R\$ 1.330 (R\$ 1.394 em 30/09/2023) refere-se às contribuições sociais referentes a folha de pagamento do período de outubro/23 a setembro/24.

21. Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são razoáveis com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado.

A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associadas a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

* * *

Dom Severino Clasen
 Presidente

Maria Inês Monteiro de Freitas
 Coordenadora Nacional

Sérgio Leandro Reis
 Contador - CRC PR-049666/O-6